



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, na modalidade híbrida,
2 reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão — Consepe da Universidade Federal Rural do Semi-Árido
3 — Ufersa, sob a presidência do Reitor, **Rodrigo Nogueira de Codes**, para deliberar sobre a pauta da décima
4 reunião ordinária de dois mil e vinte e cinco. Estiveram presentes: **Vânia Christina Nascimento Porto**, da Pró-
5 Reitoria de Extensão e Cultura — Proec; **Francisco Edcarlos Alves Leite**, da Pró-Reitoria de Graduação —
6 Prograd; **Liana Holanda Nepomuceno Nobre**, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação — Proppg; **Josemir**
7 **de Souza Gonçalves**, do Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Isabella Maria de Oliveira Pontes Fernandes**, do
8 Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **Danniel Cavalcante Lopes**, do Centro de Ciências Exatas e
9 Naturais — CCEN; **José Albenes Bezerra Júnior**, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas —
10 CCSAH; **Wesley de Oliveira Santos**, do Centro de Engenharias — CE; **Joemia Leilane Gomes de Medeiros**, do
11 Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Ana Claudia de Melo Caldas Batista**, do Centro Multidisciplinar de
12 Caraúbas — CMC; **Eduardo Raimundo Dias Nunes**, do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF;
13 **Franceliza Monteiro da Silva Dantas**, representante técnico-administrativa; e **Victor Alexandre Alves Lopes** e
14 **Hyaskara Sonnally Rodrigues**, representantes discentes. **Conselheiros em período de férias**: Samuel de
15 Oliveira Azevedo e Luciana Vieira de Paiva. **Conselheiros com falta justificada**: Jorge Luís de Oliveira Pinto
16 Filho. **Conselheiros com falta não justificada**: Wellington Gaspar Ferreira da Silva. O presidente deste
17 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura da justificativa de ausência do conselheiro Jorge Luís
18 de Oliveira Pinto Filho, do CMPF, que informou estar em atividade de extensão previamente agendada e solicitou
19 a convocação de seu suplente. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a justificativa em
20 votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, informou outras duas ausências, dos conselheiros
21 Samuel de Oliveira Azevedo e Luciana Vieira de Paiva, ambas justificadas por motivo de férias, com os
22 respectivos suplentes devidamente convocados. Dadas às justificativas, o presidente deste Conselho, **Rodrigo**
23 **Nogueira de Codes**, realizou a leitura da pauta e pôs em apreciação. O conselheiro **Wesley de Oliveira Santos**
24 solicitou a participação do pró-reitor da Pró-reitoria de Planejamento — Proplan para contribuir na análise dos
25 pontos quatro e cinco, por se tratar de assuntos relacionados aos critérios sob responsabilidade daquela pró-
26 reitoria. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, acatou a sugestão e determinou o contato
27 para viabilizar a participação. Na sequência, o conselheiro **Eduardo Raimundo Dias Nunes** relatou que, em
28 reunião anterior do Conselho de Centro do Campus Pau dos Ferros, havia sido discutida uma diligência do
29 Ministério da Educação — MEC referente ao curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia — CeT de Mossoró,
30 relacionada à diminuição de vagas, possivelmente em razão da criação da entrada direta no curso de Engenharia
31 de Petróleo. Informou que o Conselho de Centro havia deliberado pela retirada dos pontos quatro e cinco da pauta
32 até que houvesse um esclarecimento oficial sobre o processo. Em seguida, a conselheira **Joemia Leilane Gomes**
33 **de Medeiros** pediu a inclusão, com direito a fala, da professora Natália Veloso Caldas de Vasconcelos,
34 coordenadora do curso de Engenharia de Produção do Campus Angicos, justificando que a docente poderia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

35 contribuir nas discussões do ponto quatro e que, devido a compromissos pessoais, precisaria do apoio dela
36 durante a reunião. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** esclareceu que já havia enviado à secretaria os
37 nomes dos possíveis convidados e explicou que a diligência do MEC tratava apenas de uma atualização técnica
38 relacionada à redistribuição de vagas entre os cursos de CeT e Engenharia de Petróleo, não configurando
39 problema grave. Acrescentou que o ajuste havia sido feito anteriormente para equilibrar o número de alunos no
40 ciclo básico das engenharias e que não haveria prejuízo institucional. O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
41 **Nogueira de Codes**, complementou a fala, recordando que a decisão de ajuste de vagas já havia sido aprovada à
42 época, e que apenas cursos específicos, como Medicina, Direito, Psicologia e Odontologia, dependiam de
43 autorização formal do MEC para alterações. O conselheiro **Eduardo Raimundo Dias Nunes** reforçou que sua
44 manifestação representava a deliberação do Conselho de Centro, ainda que pessoalmente não concordasse com
45 a retirada dos pontos. O conselheiro **Danniel Cavalcante Lopes** reiterou o pedido de participação dos professores
46 Francisco Franciné Maia Júnior e Maria Joseane Felipe Guedes Macedo, em nome dos interessados nos assuntos
47 do ponto cinco. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, resumiu as solicitações de
48 participação com fala, listando os nomes do pró-reitor José Domingues Fontenele Neto, da Pró-reitoria de
49 Planejamento — Proplan; da professora Natália Veloso Caldas de Vasconcelos e do professor Francisco Vieira, do
50 CMA; da professora Maria Joseane Felipe Guedes Macedo e do professor Francisco Franciné Maia Júnior, do
51 CCEN; e do professor Zoroastro Torres Vilar, do CE. Antes, no entanto, colocou em votação o pedido de retirada
52 dos pontos quatro e cinco, conforme proposto pelo conselheiro **Eduardo Raimundo Dias Nunes**, a qual obteve
53 um voto favorável, onze votos contrários e duas abstenções, permanecendo, portanto, os pontos na pauta. Em
54 seguida, pôs em votação, em bloco, a participação dos convidados mencionados, a qual foi aprovada com treze
55 votos favoráveis e uma abstenção. Depois, pôs em votação a pauta como um todo, a qual foi aprovada por
56 unanimidade, ficando da seguinte forma **Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre as atas da 8ª e 9ª
57 Reuniões Ordinárias de 2025; **Segundo ponto**: Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de
58 Componente Curricular – PGCC; **Terceiro ponto**: Apreciação e deliberação acerca dos perfis de códigos de vaga
59 0307139 e 0934091; **Quarto ponto**: Apreciação e deliberação sobre alteração na entrada para ingressantes no
60 curso de Engenharia de Produção do Centro Multidisciplinar de Angicos, Campus Angicos. **Quinto ponto**:
61 Apreciação e deliberação sobre alteração na entrada para ingressantes no curso de Engenharia Mecânica do
62 Centro de Engenharias, Campus Mossoró. **Sexto ponto**: Outras ocorrências. . **PRIMEIRO PONTO**. O presidente
63 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura da ponto um e pôs em discussão. A conselheira
64 **Ana Claudia de Melo Caldas Batista** solicitou um ajuste em seu nome, localizado na ata da oitava reunião
65 ordinária, esclarecendo que este não possui acento. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
66 pôs em votação, a qual foi aprovada com treze votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida, passou-se à
67 análise da ata da nona reunião ordinária. A conselheira **Ana Claudia de Melo Caldas Batista** pediu a verificação
68 de uma fala atribuída a ela nas linhas 161 a 164, afirmando não recordar-se de tê-la feito e acreditando tratar-se
69 de uma manifestação da conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre**. Após verificação, confirmou-se que a
70 fala era de fato da conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre**, sendo determinado o ajuste correspondente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

71 Não havendo outras manifestações, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação,
72 a qual foi aprovada com treze votos favoráveis e uma abstenção. **SEGUNDO PONTO.** O presidente deste
73 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto dois e colocou em discussão. O conselheiro **Wesley de**
74 **Oliveira Santos** fez observações quanto à redação do parecer, destacando que o texto mencionava todos os
75 campi, quando, na realidade, o documento se referia apenas ao curso de Medicina Veterinária do *campus*
76 Mossoró. Sugeriu, portanto, que as próximas versões tragam apenas o *campus* efetivamente contemplado. Em
77 seguida, tratou de outro ponto levantado anteriormente pelo professor **Josemir de Souza Gonçalves** no Comitê
78 de Graduação, referente ao campo de “habilidades e competências”, que aparece unificado no formulário. O
79 conselheiro **Wesley de Oliveira Santos** sugeriu que, sempre que possível, fosse indicado primeiro o item
80 “competências” e, em seguida, “habilidades”, para melhor organização das informações. O presidente deste
81 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o ponto em votação, a qual foi aprovada por unanimidade.
82 **TERCEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto três
83 e pôs em apreciação. O primeiro processo, de código de vaga nº 0307139, com 644 páginas, foi colocado em
84 discussão. A conselheira **Isabella Maria de Oliveira Pontes Fernandes** comentou a respeito da presença de
85 dados pessoais e documentos sensíveis no material disponibilizado, como números de CPF e informações
86 pessoais, ressaltando a necessidade de maior cuidado na divulgação desses conteúdos por e-mail. O presidente
87 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, reconheceu a pertinência da observação e informou que
88 normalmente é utilizada tarja preta para ocultar esses dados. Pôs o perfil em votação, a qual foi aprovada por
89 unanimidade. Em seguida, passou-se à análise do segundo processo, de código de vaga nº 0934091. Não
90 havendo manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **QUARTO PONTO.** O presidente
91 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto quatro e pôs em discussão. O
92 conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** apresentou um relato detalhado do processo, informando que a
93 demanda havia chegado à Prograd, em novembro de dois mil e vinte e quatro e que, desde então, foram
94 realizadas reuniões com coordenações de curso, direções de centro e departamentos. Explicou que a Prograd
95 elaborou diretrizes gerais para orientar as discussões, entre as quais a de que a mudança não poderia implicar
96 aumento de carga horária do curso nem de carga docente, e que, caso aprovada, a entrada híbrida destinaria 50%
97 das vagas a essa nova forma de ingresso. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** destacou ainda que,
98 após estudos realizados com a Diretoria de Registro Acadêmico - DRA e com o setor pedagógico, verificou-se que
99 apenas dois cursos apresentavam similaridade suficiente em suas matrizes curriculares para aderirem à proposta,
100 o que permitiria a manutenção da equivalência sem prejuízo administrativo ou orçamentário. Segundo o
101 conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite**, todos os cursos envolvidos tiveram autonomia para debater e
102 decidir sobre a adesão, e no caso específico do CMA, o curso de Engenharia de Produção optou pela entrada
103 híbrida, enquanto o curso de CeT aprovou a mudança apenas como experiência para o ano de dois mil e vinte e
104 seis, com possibilidade de reavaliação futura. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, fez
105 uma observação sobre o prazo de apenas um ano para avaliação da experiência, considerando-o insuficiente para
106 uma análise adequada, dado que seria necessário pelo menos um ciclo completo. Em seguida, a professora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

107 Natália Veloso Caldas de Vasconcelos, relatou que a decisão foi amplamente debatida e aprovada nos
108 colegiados, departamento, centro e comitê de graduação. Explicou que a principal motivação da proposta é o
109 baixo número de ingressantes, tendo o curso registrado zero novos alunos em 2025.1 e apenas 72 alunos ativos,
110 sendo 34 matriculados. Destacou que a alteração não implicaria aumento de carga horária ou superlotação das
111 turmas e que a medida poderia contribuir para a revitalização do curso e do campus. O conselheiro **Wesley de**
112 **Oliveira Santos** reforçou as observações do presidente e alertou que o prazo experimental de um ano seria curto
113 para avaliação dos resultados, além de levantar dúvidas sobre a operacionalização no sistema do MEC caso
114 houvesse alternância anual de modelo de ingresso. O conselheiro **Victor Alexandre Alves Lopes** também se
115 manifestou, apontando que parte da comunidade discente apoiava a mudança e questionando se haveria um
116 regime de transição entre os alunos do curso de CeT e o de Engenharia de Produção. O conselheiro **Francisco**
117 **Edcarlos Alves Leite** respondeu que a adesão seria imediata, sem necessidade de período de transição,
118 esclarecendo que os atuais alunos não seriam afetados e que o número de vagas anuais no sistema do MEC
119 continuaria o mesmo. A professora Natália Veloso Caldas de Vasconcelos o complementou informando que,
120 historicamente, o curso nunca teve mais de 20 ingressantes anuais, o que tornava improvável qualquer
121 sobrecarga de turmas. Dadas as manifestações, o conselheiro **Wesley de Oliveira Santos** sugeriu encaminhar a
122 votação em duas etapas: primeiro, decidir se a alteração de entrada seria aprovada; e, em caso afirmativo, definir
123 se a mudança teria caráter experimental ou permanente. A conselheira **Ana Claudia de Melo Caldas Batista**
124 apoiou o encaminhamento, ressaltando a necessidade de votar primeiramente o mérito da alteração para evitar
125 dispersão de votos. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação a alteração de
126 entrada para o curso de Engenharia de Produção, a qual foi aprovada com treze votos favoráveis e um voto
127 contrário. Na sequência, a professora Natália Veloso Caldas de Vasconcelos informou que o Projeto Pedagógico
128 do Curso - PPC da Engenharia de Produção já se encontra em processo de atualização e devidamente
129 cadastrado no Sistema Integrado de patrimônio, Administração e Contratos — Sipac, contemplando a nova forma
130 de ingresso via Sistema de Seleção Unificada — SiSU, com 15 vagas de entrada direta e 15 via curso de CeT.
131 Ressaltou que essa adequação já está prevista no documento revisado, o que reforça a coerência da decisão
132 aprovada. Em seguida, o conselheiro **Eduardo Raimundo Dias Nunes** registrou que a votação realizada estava
133 em consonância com o que havia sido deliberado anteriormente no Conselho de Centro, reiterando que o
134 encaminhamento atual apenas confirma a deliberação previamente discutida. O presidente deste Conselho,
135 **Rodrigo Nogueira de Codes**, encaminhou o segundo momento da votação, para definir a vigência da decisão: se
136 a alteração seria válida apenas para o ano de 2026, conforme recomendação do Comitê de Graduação, como
137 proposta A; ou se teria caráter permanente, podendo ser reavaliada a qualquer tempo pela instituição, como
138 proposta B. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, que resultou na
139 aprovação da proposta B, com doze votos, contra um voto da proposta A e uma abstenção. **QUINTO PONTO.** O
140 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do quinto ponto e pôs em apreciação.
141 O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** apresentou o contexto do processo, destacando que as
142 informações sobre essa proposta seguiram a mesma metodologia adotada nos pontos anteriores, com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

143 comunicações coletivas e compartilhamento de documentos entre os cursos envolvidos. Explicou que, nesse caso,
144 há uma diferença estrutural em relação à pauta anterior, pois os cursos vinculados à proposta pertencem a centros
145 distintos: o curso de Engenharia Mecânica integra o CE, enquanto o CeT pertence ao CCEN. Segundo o relato, o
146 colegiado e o Núcleo Docente Estruturante - NDE da Engenharia Mecânica aprovaram a adesão ao modelo de
147 entrada híbrida, com 20 vagas via SiSU e 10 vagas provenientes do CeT. Entretanto, as instâncias deliberativas
148 do CeT se manifestaram contrárias à proposta, argumentando que seria necessário um diálogo mais amplo e um
149 planejamento mais detalhado entre os dois cursos, dado que, até o momento, as discussões haviam ocorrido de
150 forma interna e não conjunta. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** esclareceu ainda que o parecer da
151 Proplan foi elaborado com base nos documentos enviados pela Prograd, considerando uma divisão de 50% das
152 vagas e o número de alunos registrado à época, mas que o CeT contestou essa avaliação, alegando que o
153 impacto orçamentário seria maior que o indicado. Diante disso, o Comitê de Graduação deliberou pela reprovação
154 da proposta de entrada híbrida para o curso de Engenharia Mecânica. O conselheiro **Wesley de Oliveira Santos**
155 destacou que o tema já havia sido debatido no CE e que o parecer do Comitê de Graduação havia gerado
156 dúvidas, sobretudo pela necessidade de informações mais detalhadas sobre os requisitos apresentados nos
157 relatórios das coordenações, colegiados de curso, NDE e centros envolvidos, em especial o CE e o CCEN, que
158 elaboraram seus estudos e encaminharam a documentação separadamente por e-mail. Reforçou que a dúvida
159 persistia em função dessas divergências e, ao comentar o parecer da Proplan, observou que este também fora
160 analisado no CE, apontando que o documento considerava a transferência de 30 alunos do curso interdisciplinar
161 de CeT do CCEN para a Engenharia Mecânica do CE, quando na verdade seriam apenas 20 vagas diretas para
162 Engenharia Mecânica e 10 para o CeT. Explicou ainda que o impacto orçamentário estimado corresponderia a
163 dois terços do valor de R\$ 923,00, resultando em aproximadamente R\$ 615,00, considerando o ingresso de novos
164 alunos. Recomendou que, no momento da votação, a apreciação fosse feita em duas etapas: primeiro, a
165 deliberação sobre o modelo híbrido de ingresso e, posteriormente, a definição da distribuição das vagas, uma vez
166 que havia propostas distintas. Por fim, solicitou que as votações ocorressem separadamente. Em seguida, a
167 professora **Maria Joseane Felipe Guedes Macedo** manifestou-se propondo que o professor Zoroastro Torres
168 Vilar, autor da proposta em discussão, fizesse sua exposição antes dela. Assim sendo, o professor **Zoroastro**
169 **Torres Vilar** explicou que traria uma síntese dos dados levantados via Sistema Integrado de Gestão de Atividades
170 Acadêmicas — Sigaa e por meio de reuniões com a coordenação de Engenharia de Petróleo. Iniciou descrevendo
171 o contexto do curso de Engenharia Mecânica, que é de segundo ciclo e tem ingresso atual apenas pelos egressos
172 de CeT. Destacou que o curso enfrenta dificuldades semelhantes às relatadas por outros campi, como o CMA,
173 especialmente o baixo número de egressos de CeT e a falta de visibilidade do curso no SiSU, o que leva muitos
174 estudantes a sequer saber que a instituição oferece cursos de engenharia. Segundo o professor **Zoroastro Torres**
175 **Vilar**, esse cenário tem comprometido a atratividade do curso e restringido o número de ingressantes, razão pela
176 qual a proposta busca ampliar o público potencial por meio de um formato híbrido de entrada. Apresentando
177 dados gráficos, demonstrou que o curso vem sofrendo uma drástica redução de alunos, com apenas três
178 ingressantes no último período e taxas de ocupação inferiores a 30%. Ressaltou que a dificuldade não é apenas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

179 reflexo da pandemia, mas um problema estrutural que vem desde antes e que motivou, já há algum tempo,
180 discussões no colegiado sobre a necessidade de mudança no formato de entrada. Em seguida, argumentou que a
181 entrada direta via SiSU permitiria trabalhar o perfil do estudante desde o início, fortalecendo sua identidade com o
182 curso e ampliando sua participação em projetos de pesquisa e extensão, atualmente prejudicada pela falta de
183 vínculo precoce. Também apresentou dados sobre o CeT, mostrando que o número de egressos é insuficiente
184 para suprir a demanda das Engenharias. Por fim, defendeu que o modelo híbrido permite conciliar o ingresso de
185 alunos já decididos pela área com aqueles que ainda buscam orientação por meio do CeT, oferecendo
186 flexibilidade e mantendo a oferta para ambos os perfis, além de apresentar dados sobre o número de formandos,
187 destacando que o curso de Engenharia de Petróleo começou a mostrar resultados positivos a partir de 2025.1,
188 com previsão de crescimento nos próximos períodos, o que, segundo ele, demonstra a eficácia do modelo, e
189 reiterou que essa mudança contribuirá para a sustentabilidade institucional e para o fortalecimento da presença
190 regional do curso de Engenharia Mecânica. Na sequência, a professora **Maria Joseane Felipe Guedes Macedo**
191 agradeceu pela oportunidade de fala, informando que atualmente coordena o CeT do turno integral, e apresentou
192 dados a fim de aprofundar o debate sobre a proposta em análise, destacando desde o início que a coordenação
193 do curso não é contrária aos cursos de engenharia nem indiferente à situação enfrentada por eles, reconhecendo
194 as dificuldades e demonstrando sensibilidade ao cenário atual do curso de Engenharia Mecânica. Enfatizou,
195 contudo, que o problema da queda nas matrículas e da evasão nas engenharias não é exclusivo da Ufersa, mas
196 uma realidade nacional. Citou dados recentes do Censo de Goiás de 2025, segundo os quais as engenharias
197 registram índices de evasão alarmantes. À título de contextualização, também trouxe dados do Instituto Nacional
198 de Estudos e Pesquisas — Inep referentes à trajetória dos ingressantes de 2014 a 2023 nos cursos de graduação
199 brasileiros, mostrando que, ao final desse período, 60% dos estudantes haviam desistido de seus cursos, 39%
200 haviam concluído e apenas 1% permanecia matriculado. Esse quadro, segundo ela, evidencia que o problema da
201 evasão é sistêmico e não se explica apenas pelo modelo de ingresso adotado na Ufersa ou pela estrutura em
202 segundo ciclo das engenharias. Passando ao contexto local, apresentou gráficos do CeT integral em Mossoró,
203 cobrindo o período de 2008.2 a 2024.2, com dados de ingressantes, integralizações e cancelamentos.
204 Reconheceu que os números não são ideais, mas ressaltou que o curso mantém taxas de conclusão superiores à
205 média nacional. Observou também que o debate atual está concentrado em apenas uma variável, o ingresso,
206 quando a realidade da permanência e conclusão dos alunos envolve múltiplos fatores, como o contexto histórico,
207 o mercado de trabalho, as condições de oferta e até o desalinhamento entre o calendário acadêmico e o
208 calendário civil. Sobre este último ponto, lembrou que, durante anos, a defasagem de calendário fazia com que
209 alunos aprovados no Exame nacional do Ensino Médio — Enem esperassem até um ano para ingressar na
210 instituição, o que levava muitos a optarem por faculdades privadas com ingresso imediato. Explicou ainda que a
211 pandemia teve impacto direto sobre o número de ingressantes e a regularidade do curso, e que as engenharias
212 sentiram esses efeitos com atraso de cerca de três anos, período correspondente ao tempo de integralização do
213 CeT. Em seguida, apresentou dados sobre a Engenharia de Petróleo, o único curso da Ufersa que atualmente
214 funciona no modelo híbrido de ingresso, semelhante ao que está sendo proposto para a Engenharia Mecânica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

215 Concordou com o professor Zoroastro Torres Vilar quanto à importância de incluir a coordenação desse curso no
216 debate, mas destacou que a análise dos dados mostra um aumento de ingressantes após a mudança, porém sem
217 melhora proporcional nas taxas de permanência e conclusão, que continuam baixas. Argumentou que isso
218 comprova que a simples alteração da forma de ingresso não resolve o problema e que o foco do debate deve ser
219 mais amplo, abrangendo estratégias de retenção, acompanhamento e conclusão dos estudantes. Reiterou que a
220 posição do CeT e do CCEN não é de oposição à Engenharia Mecânica, mas de defesa de um debate mais
221 aprofundado e institucional, considerando que outras engenharias ainda não se manifestaram apenas por não
222 terem atualizado seus PPCs. Para ela, o problema central não é o ingresso, mas a permanência, e é preciso
223 pensar em políticas concretas que reduzam a evasão e aumentem a taxa de diplomação. Por fim, destacou que
224 mudar o modelo de ingresso sem conhecer plenamente seus impactos seria precipitado e sugeriu que a instituição
225 explore alternativas de visibilidade e captação de alunos antes de uma mudança estrutural. Entre as sugestões,
226 citou campanhas de divulgação mais amplas, utilização dos meios de comunicação institucionais e editais de
227 ingresso diferenciados, como para alunos premiados em olimpíadas. Concluiu reforçando que é necessário
228 fortalecer a cultura local em torno do modelo do CeT e evitar decisões apressadas que possam comprometer o
229 equilíbrio institucional e a sustentabilidade dos cursos. Na sequência, a conselheira **Ana Claudia De Melo Caldas**
230 **Batista** afirmou concordar com vários pontos abordados pela professora Maria Joseane Felipe Guedes Macedo
231 sobre o cenário ideal da engenharia no Brasil e reconheceu que os desafios enfrentados não se limitam à
232 Engenharia Mecânica, mas afetam o ensino superior como um todo. Além disso, elogiou as propostas de
233 divulgação e aprimoramento apresentadas, considerando-as pertinentes para incorporação, mas manifestou
234 dúvidas quanto à flexibilização da forma de ingresso nos cursos. Questionou por que não seria possível oferecer
235 ao estudante a opção de escolher entre a entrada direta ou via CeT, já que, segundo ela, a própria universidade
236 adota políticas de flexibilização em outros aspectos, como matrícula e mobilidade entre cursos. Também ressaltou
237 que não via prejuízo ao CeT com a proposta de ingresso híbrido, argumentando que a falta de demanda pelas
238 vagas impediria qualquer dano ao discente. Concluiu reforçando seu pedido de esclarecimento sobre a resistência
239 à flexibilização do ingresso. Em seguida, o professor **Francisco Franciné Maia Júnior** também comentou que o
240 parecer da Proplan teria se baseado em premissas equivocadas, considerando apenas o impacto de uma turma,
241 quando o correto seria contabilizar seis turmas, multiplicando o número de alunos afetados. Reforçou que a baixa
242 taxa de ocupação no CeT relacionada a atrasos no início das aulas, que chegaram a ultrapassar 200 dias em
243 alguns semestres, prejudicando a adesão dos alunos. Ressaltou a necessidade urgente de uma campanha de
244 divulgação das engenharias e do bacharelado interdisciplinar, sugerindo o uso de vídeos curtos e conteúdos para
245 as redes sociais, como Instagram e TikTok, de modo a atrair novos estudantes e tornar os cursos mais
246 conhecidos. Por fim, mencionou uma dúvida sobre a matriz curricular do curso de Engenharia de Petróleo,
247 observando que no documento consultado constavam onze períodos e pedindo confirmação dessa informação.
248 Concluiu sua fala reiterando que a dificuldade de promover uma verdadeira flexibilização no contexto da
249 universidade devido à dispersão geográfica dos *campi*, embora reconheça que essa característica amplia a
250 capilaridade institucional. Na sequência, o conselheiro **Wesley de Oliveira Santos** destacou que o número de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

251 formandos do curso de Engenharia de Petróleo deve crescer significativamente a partir dos semestres 2025.2 e
252 2026.1, lembrando que, por se tratar de um curso noturno, sua integralização demanda um período maior,
253 totalizando cerca de doze semestres. Com isso, reforçou a necessidade de considerar essas especificidades nas
254 análises apresentadas durante a reunião. Posteriormente, a conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre**
255 destacou que o pedido em análise apresentava diferenças significativas em relação à proposta anterior, sobretudo
256 por envolver dois centros de curso distintos, o CE e o CCEN, o que, segundo ela, tornava a questão mais
257 complexa e sensível, principalmente no que se refere à destinação dos recursos e à gestão orçamentária. Afirmou
258 ter acompanhado atentamente as apresentações dos professores, inclusive mencionando que o professor
259 Zoroastro Torres Vilar já havia lhe mostrado parte do material antes da reunião. Contudo, observou que o tipo de
260 discussão em pauta exigiria uma dinâmica diferenciada dentro do Consepe, já que muitas vezes as votações são
261 definidas previamente nos comitês e chegam ao Conselho com posições consolidadas, dificultando eventuais
262 mudanças de voto. Por esse motivo, defendeu que temas de grande impacto institucional, como esse, deveriam
263 ser debatidos em espaços mais amplos e prévios ao Consepe, permitindo um aprofundamento das questões antes
264 de chegar à votação formal. Enfatizou que, mesmo compreendendo a importância da decisão, as deliberações
265 tomadas não são definitivas e devem vigorar enquanto atenderem ao interesse da instituição, como havia sido
266 estabelecido na votação anterior. Assim, sugeriu a realização de um fórum de discussão envolvendo todos os
267 professores das engenharias e do CCEN, com a participação de auditorias e estudos técnicos, a fim de avaliar de
268 forma mais detalhada os impactos da saída das engenharias do CeT, que continua sendo um dos cursos com
269 maior número de estudantes. Também ressaltou a importância de pensar estrategicamente o fortalecimento dos
270 cursos noturnos, considerando que muitos alunos acabam adiando a conclusão do curso por ingressarem no
271 mercado de trabalho antes de se formarem. Finalizou afirmando que a universidade deve se concentrar no
272 sucesso do discente e na qualidade da formação, mais do que em questões administrativas ou de alocação
273 departamental, reforçando o caráter institucional e coletivo das decisões. Na sequência, o professor **Francisco**
274 **Franciné Maia Júnior** retomou a palavra para projetar os gráficos referentes aos cursos de engenharia,
275 detalhando dados sobre ingressantes, integralizações e cancelamentos por semestre. Ele explicou que o primeiro
276 conjunto de gráficos apresentava oscilações típicas, mas chamou atenção para o alto índice de evasão,
277 especialmente nas turmas de Engenharia de Petróleo, onde a primeira turma registrou 80% de cancelamentos.
278 Observou ainda que, apesar de certa estabilização nos períodos seguintes, as taxas continuavam elevadas. Ao
279 analisar os mapas de integralização, destacou que havia dúvidas quanto ao número de período do curso e
280 reforçou a necessidade de basear qualquer discussão no que está previsto no projeto pedagógico. Apresentou
281 ainda gráficos que evidenciaram a concentração de cancelamentos entre alunos que ingressaram via segundo
282 ciclo e apontou que a evasão se distribuía ao longo de todo o curso, indicando um problema persistente. Em
283 contrapartida, ao mostrar os dados da Engenharia Civil, ressaltou que esse curso historicamente apresentava
284 maior estabilidade, mas também sofreu os efeitos da pandemia, que interrompeu a regularidade das formações e
285 aumentou o número de cancelamentos, fenômeno observado inclusive em cursos de segundo ciclo. Afirmou que o
286 modelo de cursos em dois ciclos enfrenta agora um momento de revisão, questionando se os bacharelados



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

287 interdisciplinares conseguirão manter sua relevância diante das propostas de ingresso híbrido. Defendeu,
288 portanto, maior comunicação institucional e estudos mais aprofundados antes de mudanças estruturais que
289 possam comprometer o modelo interdisciplinar construído ao longo dos anos. Na oportunidade, o professor
290 **Zoroastro Torres Vilar** parabenizou o professor Francisco Franciné Maia Júnior pela qualidade dos gráficos
291 apresentados, destacando o potencial do estudo para futuras publicações e para subsidiar políticas acadêmicas.
292 No entanto, levantou uma questão metodológica, observando que os gráficos não permitiam identificar de forma
293 clara onde exatamente ocorriam as evasões, o que, segundo ele, poderia levar a interpretações parciais dos
294 resultados. Em resposta, o professor **Francisco Franciné Maia Júnior** explicou que, de fato, os dados obtidos do
295 sistema acadêmico não permitiam essa estratificação, apresentando apenas o número total de cancelamentos e
296 integralizações. Contudo, ressaltou que a mudança de padrão observada nos gráficos coincidia com a adoção da
297 entrada híbrida a partir da turma de 2019.1, o que poderia indicar uma relação entre as duas variáveis. Admitiu
298 que estudos mais detalhados seriam necessários para esclarecer completamente essas correlações e encerrar as
299 dúvidas levantadas pelos conselheiros. Na sequência, a conselheira **Ana Claudia de Melo Caldas Batista** iniciou
300 sua fala agradecendo as contribuições anteriores e esclareceu que sua intenção, anteriormente, havia sido
301 defender a flexibilização da forma de ingresso nos cursos, e não do curso em si. Citou o exemplo de outra
302 universidade, onde os alunos podem cursar disciplinas em diferentes *campi* por questões geográficas, apontando
303 que, na Ufersa, um estudante precisaria realizar mobilidade formal para cursar disciplinas em Mossoró. Destacou
304 que a proposta de flexibilizar a entrada teria caráter mais simples e visava atender públicos distintos: os discentes
305 que preferem ingressar pelo CeT e aqueles que desejam o ingresso direto nas engenharias. Na visão dela, essa
306 medida não extinguiria o CeT, mas atenderia demandas diversas. Afirmou ainda não compreender por que a
307 flexibilização não poderia ser adotada e solicitou maiores esclarecimentos sobre os impactos negativos
308 mencionados. Em seguida, a professora **Maria Joseane Felipe Guedes Macedo** ressaltou que a questão central
309 não é ser contra a flexibilização, mas compreender os impactos concretos que essa medida traria. Ela frisou a
310 importância de embasar qualquer decisão com dados e estudos que indiquem as consequências da proposta,
311 tanto para a Engenharia Mecânica, que é o caso em pauta, quanto para outras engenharias que possam
312 futuramente solicitar modelo semelhante. Questionou se a universidade tomou alguma ação para enfrentar o
313 problema da “invisibilidade das engenharias” e cobrou um estudo da Proplan ou de outra instância responsável,
314 apontando que o único parecer recebido não respondia integralmente ao pedido que estava sendo submetido à
315 votação. Destacou ainda que o Comitê de Graduação havia deliberado contrariamente à proposta justamente pela
316 falta de dados consistentes, defendendo que decisões dessa natureza não devem se basear apenas em vontade,
317 mas em análises aprofundadas e documentadas. O conselheiro **Victor Alexandre Alves Lopes** solicitou a fala do
318 professor José Domingues Fontenele Neto, com o intuito de esclarecer os impactos orçamentários da proposta,
319 pois, em sua visão, poderia haver um custo relevantes para a universidade, exemplificando com a situação de um
320 professor ministrando aulas para poucos alunos. Com a palavra, o professor **José Domingues Fontenele Neto**
321 explicou que o parecer citado foi elaborado pela Divisão de Orçamento com base em informações repassadas
322 pela Prograd, e que a solicitação inicial da Prograd se restringia à análise dos impactos orçamentários entre os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Centros, não abrangendo uma simulação global do impacto institucional. Esclareceu que o parecer foi construído em diálogo com o professor Francisco Edcarlos Alves Leite, buscando compreender quais dados seriam necessários. Destacou que o entendimento de que o curso de CeT “acabaria” com a retirada anual de vagas não é correto, pois haveria reposição de ingressantes nos dois formatos, o tradicional e o direto, e que essa discussão deveria priorizar os aspectos didático-pedagógicos mais do que os numéricos. Também ressaltou que o modelo de dois ciclos traz benefícios às engenharias, especialmente ao concentrar no CeT a maior taxa de retenção, de modo que, quando o aluno avança ao segundo ciclo, já superou as disciplinas mais difíceis, como cálculos e físicas. Questionou, assim, se o ingresso direto realmente seria vantajoso. Explicou ainda que o formato atual foi inspirado no modelo europeu de Bolonha, no qual há um ciclo básico abrangente, seguido por especializações, e que, no caso da Ufersa, o bacharelado conferido ao final do primeiro ciclo já representa um grau adicional, o que tem implicações orçamentárias institucionais. Prosseguiu detalhando o funcionamento da matriz Orçamento de Outros Custeio e Capital — OCC, estrutura pela qual o MEC calcula os repasses financeiros às universidades federais com base em tamanho, eficiência e qualidade. O principal indicador de tamanho é o número de alunos graduados, de modo que qualquer alteração que reduza o número de concluintes pode afetar os recursos recebidos. Nesse contexto, ele observou que, se todas as engenharias adotassem a entrada híbrida, haveria uma redução significativa nas vagas do BCT, com impacto potencial no cálculo da matriz. Entretanto, destacou que a análise solicitada pela Prograd não havia contemplado esse tipo de simulação mais ampla e que, portanto, seria necessária uma investigação mais detalhada para mensurar o impacto real. Concluiu afirmando que a questão é complexa, envolve múltiplas variáveis e que o parecer emitido respondeu estritamente à pergunta formulada, não às que posteriormente surgiram na reunião. Na sequência, o professor **Francisco Franciné Maia Júnior** solicitou um esclarecimento ao professor José Domingues Fontenele Neto, perguntando se o cálculo apresentado no parecer orçamentário havia sido realizado considerando apenas um semestre. O professor **José Domingues Fontenele Neto** confirmou que sim, explicando que a análise foi elaborada para um único período letivo, conforme solicitado originalmente, e destacou que, por esse motivo, o documento não seria adequado para embasar uma decisão de caráter permanente, como a adoção definitiva de um modelo de ingresso híbrido. Ele reforçou que o parecer tratava apenas de uma avaliação pontual e não de um estudo de impacto continuado, o que deveria ser levado em consideração pelo Conselho. Em seguida, o conselheiro **Victor Alexandre Alves Lopes** relatou que, após conversas com os discentes do CE, observou-se uma quase unanimidade quanto ao desejo de desmembramento do curso, ou seja, de possibilitar o ingresso direto nas engenharias. Segundo ele, os estudantes valorizam a oportunidade de direcionar sua formação desde o início, alinhando suas preferências com as disciplinas específicas das áreas que pretendem seguir. Argumentou que isso permitiria uma trajetória mais coerente, em que o aluno poderia cursar, por exemplo, disciplinas de mecânica em conjunto com as de cálculo e física, mantendo, ainda assim, o caráter interdisciplinar proposto pelo CeT. Reconheceu a queda no número de graduados tanto no CeT quanto nas engenharias, mas defendeu que a Ufersa poderia buscar alternativas para reverter esse cenário. Enfatizou o papel social da universidade e considerou insustentável a situação de turmas com baixa ocupação, mencionando casos de professores que ofertam trinta vagas, mas têm apenas três alunos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

359 matriculados, o que, em sua visão, representa um impacto orçamentário mais significativo do que a proposta de
360 desmembramento. Destacou também que a falta de identificação dos estudantes com o curso desde o início é um
361 fator que contribui fortemente para a evasão e que o ingresso direto poderia amenizar esse problema. Por fim,
362 apontou a “invisibilidade nacional” do CeT e afirmou que o modelo atual tem levado alguns estudantes a buscar
363 outras universidades que já oferecem ingresso direto em cursos de engenharia. Dessa forma, declarou que o voto
364 estudantil seria favorável ao desmembramento, considerando-o benéfico à comunidade discente. Em seguida, a
365 professora **Maria Joseane Felipe Guedes Macedo** ponderou que o problema da baixa permanência e do
366 desempenho insatisfatório dos alunos não se restringe à Engenharia Mecânica ou Civil, mas reflete uma
367 dificuldade estrutural que atinge o bacharelado interdisciplinar e a universidade como um todo. Ela afirmou que o
368 principal entrave está na formação básica dos estudantes, especialmente em matemática, apontando que muitos
369 ingressam na instituição sem o domínio adequado dos conteúdos fundamentais. Relatou sua própria experiência
370 como professora da área e descreveu o quanto é desafiador trabalhar com alunos que enfrentam dificuldades em
371 operações elementares enquanto são submetidos a disciplinas como Cálculo I. Defendeu que o foco do debate
372 deveria ser outro, centrando-se na busca de soluções para esse problema estrutural, como a revisão dos PPCs e
373 a introdução de disciplinas de nivelamento antes do cálculo, de modo a preparar melhor os ingressantes. Ela
374 criticou o fato de a discussão estar concentrada apenas no formato de ingresso, classificando-a como superficial
375 diante da magnitude dos desafios enfrentados. Por fim, enfatizou que a questão da entrada híbrida é apenas a
376 ponta do iceberg e que a universidade precisa enfrentar questões mais profundas ligadas à formação dos
377 estudantes e à qualidade do ensino oferecido. Na sequência, o professor **José Domingues Fontenele Neto**
378 reforçou a fala da professora Maria Joseane Felipe Guedes Macedo, trazendo observações sobre as deficiências
379 na formação básica dos alunos. Ele recordou que, em 2017, foi solicitado à Prograd um levantamento a fim de
380 simular o impacto de uma nota de corte de 450 pontos no Enem - pontuação considerada como indicativa de
381 suficiência mínima no ensino médio. O resultado da simulação mostrou que cerca de metade dos alunos não
382 atingiria esse nível, evidenciando, portanto, que grande parte dos estudantes ingressa na universidade sem o
383 domínio adequado dos conteúdos fundamentais. Ele citou, ainda, que a Prograd vem desenvolvendo ações
384 voltadas para enfrentar essas fragilidades, como programas de nivelamento e disciplinas de apoio, a exemplo de
385 pré-cálculo, pré-física e pré-algoritmo, e mencionou que já se discute também a criação de um pré-biologia, dada a
386 constatação de deficiências semelhantes entre os alunos das áreas biomédicas. Por fim, afirmou que a situação é
387 preocupante e exige uma abordagem sistêmica, pois o ensino superior, isoladamente, não tem condições de
388 solucionar as deficiências que se acumulam desde as etapas iniciais da formação educacional. Na sequência, o
389 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, destacou que o debate sobre a nota de corte já vinha
390 sendo discutido há anos na instituição, inclusive com o professor José Domingues Fontenele Neto. Segundo ele, o
391 dado que a simulação afirma evidencia a gravidade do problema de base apontado pela professora **Maria**
392 **Joseane Felipe Guedes Macedo** e reforçou que a dificuldade em matemática e nas disciplinas de exatas não é
393 pontual, mas estrutural. Também ressaltou que a universidade cumpre um papel social de extrema relevância ao
394 acolher estudantes que chegam com lacunas formativas, permitindo que muitos deles se desenvolvam a ponto de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

395 alcançarem níveis de excelência, chegando a programas de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior. Para
396 ele, essa missão torna a Ufersa ainda mais significativa do que instituições de elite, como o Instituto Tecnológico
397 de Aeronáutica — ITA, onde os alunos já ingressam com alto nível de preparo. Posteriormente, o presidente deste
398 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a adoção do formato híbrido em votação, a qual foi aprovada com
399 onze votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção. Na sequência, pôs em apreciação a distribuição de
400 vagas entre as modalidades de entrada direta, via SiSU, e ingresso de segundo ciclo, via CeT. O conselheiro
401 **Francisco Edcarlos Alves Leite** defendeu que, seguindo o modelo adotado no curso de Engenharia de Produção
402 do CMA e o parecer do CCEN, as vagas fossem distribuídas igualmente, 50% para cada modalidade. O professor
403 **Zoroastro Torres Vilar** reforçou a posição da Engenharia Mecânica, propondo a distribuição de 20 vagas para
404 ingresso direto e 10 para CeT, argumentando que essa configuração havia sido construída com base em dados e
405 demonstrava potencial para dobrar o número de diplomados em comparação ao formato atual. O conselheiro
406 **Wesley de Oliveira Santos** manifestou apoio à proposta de 20 vagas diretas e 10 via CeT, enquanto o professor
407 **Zoroastro Torres Vilar** respondeu que as projeções se baseiam nas taxas de eficiência das engenharias, que
408 giravam em torno de 40 a 43%, e argumentou que, com essa proporção de vagas e considerando o desempenho
409 atual do CeT, o curso garantiria pelo menos 18 diplomados, mais que o dobro da média atual. A professora **Maria**
410 **Joseane Felipe Guedes Macedo** interveio para esclarecer que os números citados constituíam estimativas e não
411 dados concretos, reforçando a necessidade de seguir as diretrizes da Prograd, que limitam o percentual de
412 entrada híbrida a no máximo 50%. Acrescentou que, no contexto da Ufersa, os índices de evasão e retenção
413 diferem da média nacional porque os alunos passam pelo CeT antes de ingressar nas engenharias, o que já
414 funciona como uma seleção prévia. Pediu, portanto, que o Conselho considerasse as normas institucionais na
415 definição das vagas. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que havia três
416 opções em pauta: a da Engenharia Mecânica, com 20 vagas via SiSU e 10 vagas via CeT, como proposta A; a do
417 CCEN, com 10 vagas via SiSU e 20 vagas via CeT, como proposta B; e a intermediária da Prograd, com 15 vagas
418 para cada modalidade, como proposta C. Com a palavra, o professor **Zoroastro Torres Vilar** reafirmou que a
419 solicitação da Engenharia Mecânica visava manter isonomia com a Engenharia de Petróleo, relatando que a
420 proposta de 20 vagas diretas e 10 via CeT havia sido construída em reuniões anteriores com a coordenação do
421 CeT, e que todo o trabalho do colegiado se baseou nessa premissa. O professor **Francisco Franciné Maia**
422 **Júnior** questionou a ausência de documentação formal que comprovasse as reuniões mencionadas, ressaltando a
423 importância de registros oficiais. Em resposta, o professor **Zoroastro Torres Vilar** afirmou que, embora não
424 houvesse ata formal, a proposta seguiu acordos estabelecidos verbalmente e reafirmou sua confiança na palavra
425 empenhada, ainda que reconhecesse a importância dos documentos administrativos. A professora **Maria Joseane**
426 **Felipe Guedes Macedo**, por sua vez, reforçou que, em âmbito institucional, as decisões devem estar
427 fundamentadas em registros e pareceres, destacando que a posição da coordenação atual e do colegiado do
428 curso se baseava em deliberações documentadas e não em acordos informais. Na sequência, O professor
429 **Francisco Franciné Maia Júnior**, afirmou que, embora reconhecesse o valor da palavra empenhada no âmbito
430 pessoal, as decisões de gestão pública devem obedecer aos princípios legais da impessoalidade e da formalidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

administrativa, sendo indispensável o respaldo documental. Em seguida, deu início à votação final, a qual foi aprovada a proposta C, com nove votos, contra 3 votos para a proposta A, um para a proposta B e uma abstenção. **SEXTO PONTO.** A conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre** iniciou a discussão referente às outras ocorrências reforçando o convite da PROPPG aos professores e pesquisadores para participarem do I Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufersa, a ser realizado nos dias 30 e 31 de outubro. Destacou que o evento contará com a presença do professor Antônio Gomes de Souza Filho, diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior — CAPES, sendo esta a primeira visita presencial de um diretor da CAPES a Mossoró. Informou também que no dia 31 haverá palestras com a professora Diana Cristina Silva de Azevedo, vice-reitora da Universidade Federal do Ceará — UFC, sobre equidade e diversidade na pesquisa, e com a professora Cláudia Pessoa, também da UFC, sobre universidade empreendedora. Em seguida, o conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** aproveitou para agradecer a parceria e a experiência adquirida nos quatro anos de participação no Consepe, destacando que esta seria a última reunião com a atual composição e desejou sucesso aos novos representantes. A conselheira **Vânia Christina Nascimento Porto** agradeceu a contribuição do conselheiro José Albenes Bezerra Júnior e parabenizou os projetos de extensão Cactus Baja, de Mossoró, e Caraú Baja, do CMC, vencedores da competição regional Norte-Nordeste, com o primeiro e segundo lugar, respectivamente, além da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN em terceiro lugar, compondo um pódio inteiramente potiguar. Na sequência, a conselheira **Ana Claudia de Melo Caldas Batista** trouxe uma demanda do CMC, solicitando atenção especial à situação do curso de Física, cujo coordenador ainda não possui a Função Comissionada de Coordenação - FCC, embora exerça a função desde 2023.1. Ela destacou que o cargo é um direito do coordenador e reforçou a importância do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Aproveitou o momento para se despedir, agradecendo pela oportunidade de contribuir com o Consepe ao longo de dois anos. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** também agradeceu pelos debates e registrou a reativação do Comitê de Formação Inicial - CONF, que reúne representantes da Ufersa, do município e do estado. Informou que no dia 31 de outubro será realizado o Fórum das Licenciaturas, onde será discutido o decreto governamental de maio de 2025 sobre cursos EAD e semipresenciais, além da elaboração de estudos para a criação de novos cursos conforme a demanda de cada *campus*. Em seguida, a conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre** retornou a palavra para comunicar que o período de submissão de resumos ao 31º SEMIC está aberto desde 15 até 29 de outubro. Explicou que o evento ocorrerá dentro da Semana Universitária, 1º a 5 de dezembro, e que as submissões referem-se aos planos de trabalho de 2024-2025. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, retomou a palavra para parabenizar os grupos Cactus Baja e Caraú Baja pelas conquistas e destacou o orgulho institucional pelo resultado. Em seguida, informou que no Dia do Professor, o Governo Federal anunciou a ampliação do quadro de servidores efetivos da Ufersa, com 42 novos códigos de vaga para técnicos administrativos e 10 novos códigos de vaga para docentes, destinados prioritariamente ao curso de Psicologia. Comunicou ainda a publicação de uma portaria em 17 de outubro, que libera um cargo de direção e sete funções de coordenação de curso, atendendo à antiga demanda por gratificações adequadas. Esclareceu que atualmente quatro cursos de graduação, entre eles Medicina e Física, ainda não possuem FCC, e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

467 que a nova liberação permitirá a correção dessa defasagem. O conselheiro **Francisco Franciné Maia Júnior**
468 registrou, para fins históricos, que o professor Lívio Amaral, então diretor de Avaliação da CAPES, também esteve
469 presencialmente na Ufersa em 2015, durante evento. A conselheira **Isabella Maria de Oliveira Pontes**
470 **Fernandes** questionou sobre a distribuição dos 10 códigos docentes para o curso de Psicologia, sendo informada
471 pelo presidente que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas — Progepe está finalizando a definição, mas que a
472 prioridade será integralmente voltada a esse curso. O conselheiro **Eduardo Raimundo Dias Nunes** solicitou que
473 a gestão também analise a situação do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — DCSAH do
474 CMPF, que ainda não dispõe de função gratificada desde sua criação. O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
475 **Nogueira de Codes**, respondeu que há perspectiva de novas liberações até 2026, e possivelmente ainda neste
476 ano, que poderão contemplar o departamento mencionado. Diante do exposto e não havendo mais manifestações,
477 o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, declarou encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias
478 Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada sem emendas, na
479 reunião do dia X de X de 2025, segue assinada pelo presidente do Consepe, pelos conselheiros presentes nesta
480 reunião e por mim. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.
481